



Movimento pela não
aprovação do PL 65/2011



Votação da Adin 4163 no STF

PL 27/2012 é
encaminhado à Alesp



Votação do PL 27/2012 na Alesp

Posse popular dos
aprovados do V Concurso



Sanção do PL 27/2012 pelo Governador Geraldo Alckmin

Especial

Retrospectiva 2012

Mobilização da sociedade garante conquistas
políticas para a Defensoria Pública de São Paulo

Entrevista



Autor do PL 114/2011,
Senador José Pimentel (PT-CE)
fala sobre sua tramitação e veto

Matéria

Saiba como foi o processo de distribuição
dos novos cargos da DPSP

O ano de 2012 representou um marco para a Defensoria Pública de São Paulo. Se por um lado começamos o período com vitórias no Legislativo, tais como a não aprovação do PL 65/2011 e a aprovação de novos 400 cargos por meio do PL 27/2012, encerramos o ano empreendendo uma nova luta. O veto ao PL 114/2011, que enquadraria o orçamento das Defensorias estaduais na Lei de Responsabilidade Fiscal, como já ocorre com a magistratura e Ministério Público, pilares da Justiça brasileira ao lado da Defensoria Pública, nos mostrou que ainda temos um longo caminho pela frente, apesar de já termos avançado bastante (*página 12*).

Para refletir sobre essas questões, preparamos uma matéria especial (*páginas 04, 05 e 06*) que faz um retrospecto do ano de 2012, ressaltando os pontos positivos que fortaleceram a instituição e também diferenciais que nos destacam em relação às demais carreiras jurídicas. A posse popular dos aprovados no V Concurso (*página 12*) é uma dessas iniciativas que fazem da Defensoria Pública um veio novo no cenário jurídico.

A distribuição dos primeiros 110 cargos, tratada de

forma democrática e transparente na instituição, também mereceu destaque. Na reportagem das páginas 09, 10 e 11 são abordados os rumos da expansão e a opinião dos atores envolvidos nesta importante etapa de construção de uma Defensoria paulista mais forte e claramente comprometida com os valores constitucionais.

Valores que, aos poucos, vem ganhando peso no cenário nacional, como nos mostra a entrevista com o Senador José Pimentel (PT-CE), que disserta sobre o crescimento da Defensoria Pública nos últimos 10 anos (*página 08*).

Por fim, nossa revista se completa com uma entrevista com o defensor público paulista Carlos Weis, ganhador do Prêmio Direitos Humanos 2012 (*página 3*) por seu trabalho com moradores em situação de rua, e um artigo do Deputado Estadual Carlos Bezerra (PSDB-SP, página 07) sobre a aprovação do PL 27/2012 na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Boa leitura!

A Diretoria

▲ EXPEDIENTE

Esta revista é uma publicação da Associação Paulista de Defensores Públicos (APADEP) | Distribuída gratuitamente



Presidente

Rafael Português

Vice-Presidente

Bruno Napolitano

Diretoria Administrativa

Carolina Nunes Pannain e
Tatiana Semensatto de Lima Costa

Diretoria Financeira

Leonardo Scofano Damasceno Peixoto
e Daniele Cristina Barbatto

Diretoria Jurídica

Félix Ricardo Nonato dos Santos
e Bruno Girade Parise

Diretoria de Assuntos Legislativos

Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa
e Pedro Pereira dos Santos Peres

Diretoria de Relações Institucionais e Comunicação

Fabício Bueno Viana
e Tatiana Mendes Simões Soares

Diretoria de Articulação Social

Douglas Tadashi Magami
e Andrew Toshio Hayama

Diretoria de Previdência e Convênios

Felipe Capra da Cunha
e Clarissa Portas Baptista da Luz

Diretoria de Assuntos do Interior

Wagner Ribeiro de Oliveira
e Bruna Molina Hernandez da Costa

Diretoria Social e Cultural

Fernanda Correa da Costa Benjamin,
Douglas Ribeiro Basílio
e Danilo Mendes Silva de Oliveira

Coordenadora de Comunicação

Ana Paula L. C. P.

Assessor de Comunicação

Pedro Lucas O. dos Santos

Diagramação

Antonio Carlos Prado

@ FALE CONOSCO

Mande dúvidas, sugestões, críticas ou comentários para

apadep@apadep.org.br

Avenida Liberdade, nº 65 | Cj.303 | CEP: 01503-000
São Paulo / SP | Tel/fax: (11) 3107-3347

Em dezembro de 2012, o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública de São Paulo recebeu o Prêmio Direitos Humanos 2012, promovido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, na categoria 'Garantia dos Direitos da População em Situação de Rua'. E o defensor público Carlos Weis, coordenador do Núcleo agraciado, recebeu a premiação diretamente das mãos da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cerimônia realizada no Palácio do Itamaraty, em Brasília. Weis contou à "APADEP em Notícias" detalhes da premiação.

1) No que consiste o trabalho agraciado com o Prêmio Nacional de Direitos Humanos?

A seleção e eleição dos agraciados consideram como critérios o histórico de atuação na área dos Direitos Humanos, o desenvolvimento de ações relevantes e a implementação de práticas inovadoras em relação ao tema.

No caso da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, desenvolvemos atendimento jurídico à população em situação de rua no centro da cidade de São Paulo desde 2011. Esta atividade conta com a participação de oito Defensores(as) Públicos(as), assistente social, psicólogo, oficial e estagiá-

"O reconhecimento nos mostra o acerto do que fizemos e nos estimula a trabalhar ainda mais. Há que se fazer muito ainda para restaurar a dignidade das pessoas que vivem nas ruas."

rio de Direito. São realizados cerca de 25 atendimentos diários em todos os campos do direito, graças à parceria desenvolvida com a Defensoria Pública da União em São Paulo.

O prêmio se deve também à atuação da DPSP durante a operação policial na região da 'Cracolândia', ocasião em que o Núcleo coordenou a atividade de muitos defensores, agentes psicossociais, voluntários etc., para garantir a integridade

física das pessoas, denunciar as violações que estavam ocorrendo e tomar as medidas jurídicas cabíveis.

2) Qual a importância deste prêmio para a Defensoria Pública de São Paulo?

Esse reconhecimento, que é resultado da avaliação da comissão julgadora do prêmio, nos mostra o acerto do que fizemos e nos estimula a trabalhar mais, tendo em vista que muito há que se fazer para restaurar a dignidade das pessoas que ainda vivem nas ruas de nossas cidades.

▲ **Carlos Weis**, Coordenador do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da DPSP: prêmio por atuação em favor da população de rua.



divulgação

3) Como foi receber o prêmio das mãos da Presidenta Dilma Rousseff?

Tanto quanto receber o prêmio das mãos da Presidenta e da Ministra dos Direitos Humanos, foi igualmente emocionante estar presente numa cerimônia com pessoas tão engajadas na realização dos direitos humanos no Brasil. Posso dizer que me senti como se fosse um embaixador da própria Defensoria Pública do Estado de São Paulo reconhecida nacionalmente por sua incrível capacidade de trabalho, apuro técnico e engajamento filosófico, no sentido de dar pleno cumprimento às suas missões institucionais. O prêmio é de todos nós.



Carlos Weis recebe prêmio em cerimônia no Itamaraty

▲ CONFIRA NO SITE

www.apadep.org.br

Estão disponibilizadas no banco de imagens do site da APADEP as fotos da mobilização, ocorrida em novembro de 2012, de defensores públicos paulistas e aprovados do V Concurso da carreira pela aprovação do Projeto de Lei Complementar 27/2012 na sede da Assembleia Legislativa de São Paulo.



Especial

2012: um ano de avanços para a Defensoria Pública

O processo de fortalecimento da Defensoria Pública de São Paulo ganhou contorno especial no ano de 2012, que foi um dos mais emblemáticos para a instituição desde sua criação em 2006. As conquistas obtidas durante o ano que passou deram fôlego e envergadura para que, daqui por diante, a DPSP emprenda novas lutas de um patamar que reforce sua posição de pilar da Justiça

paulista ao lado da magistratura e Ministério Público.

Em fevereiro, o julgamento da Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 4163 pelo Supremo Tribunal Federal trouxe, após 3 anos e 4 meses de espera, a tão desejada correção de distorções da Constituição Estadual paulista, principalmente em relação ao artigo



Mobilização da sociedade civil na Assembleia Legislativa pela não aprovação do PL 65/2011

Dez/2011



O Executivo paulista envia à Alesp o PL 27/2012, que cria 400 novos cargos de defensor público no Estado

Jun/2012

2011

Fev/2012

Votação no STF da Adin 4163 após 3 anos e 4 meses de espera



Nov/2012

PL 27/2012 é aprovado na Alesp por unanimidade



anços ca de São Paulo

109, que fundamentou a propositura do Projeto de Lei 65/2011 na Assembleia Legislativa de São Paulo.

O PL em questão pretendia retirar da Defensoria Pública a administração do Fundo de Assistência Judiciária (FAJ) e a competência legal para gerir os convênios que o Estado celebra com a Ordem dos Advoga-



Governador Geraldo Alckmin sanciona o PL 27/2012

Dez/2012

2012



Posse popular de 10 aprovados no V Concurso da Defensoria

gados do Brasil, destinando tal atribuição para a Secretaria de Justiça do Estado.

“Essa situação foi levada estrategicamente ao STF e possibilitou que fosse colocada em pauta a Adin 4.163, cujo julgamento se revelou histórico para o modelo constitucional de assistência jurídica integral e gratuita. O STF reafirmou valores que para nós podem ser bastante evidentes, mas que ainda encontram resistências severas”, analisa a Defensora Pública Geral do Estado de São Paulo, Daniela Sollberguer

Até a votação da Adin 4163, a sociedade civil organizada, em conjunto com membros da DPSP, promoveram intenso movimento pela retirada do PL 65 da pauta de votações da Assembleia Legislativa, legitimando - através do apoio popular de cerca de 600 cidadãos que tomaram as galerias da Alesp em dezembro de 2011 - que a aprovação do projeto configuraria um grave retrocesso no atendimento jurídico de qualidade ao cidadão hipossuficiente.

Para Rafael Vernaschi, Presidente da Associação Paulista de Defensores Públicos (APADEP) à época, a aprovação do PL 65 “afetaria diretamente a capacidade de crescimento sustentável da instituição e a paulatina cobertura integral do serviço no estado de São Paulo, vez que outro órgão do estado, por meio de convênio com a OAB, poderia adotar direcionamento de expansão e atendimento não necessariamente análogo ao adotado pela Defensoria Pública”.

Foram várias as manifestações de apoio e notas públicas divulgadas em nome de renomados juristas e representantes da sociedade civil repudiando a aprovação do PL

“*Os movimentos populares, em geral, tem uma relação de confiança e cumplicidade com a Defensoria Pública, que está sempre presente em todas as nossas demandas por políticas públicas eficientes.*”
Benedito Roberto Barbosa, o Dito, da Direção Nacional da Central de Movimentos Populares.

“2012 foi um ano especial para nosso fortalecimento. As vitórias alcançadas reforçam a certeza de que, gradativamente, o país começa a entender a importância da Defensoria Pública para a efetiva consolidação do Estado Democrático de Direito”, diz Rafael Português, Presidente da Associação Paulista de Defensores Públicos.

65/2011, por sua hipotética aprovação representar atraso de cunho corporativista num serviço cujo modelo constitucional prevê a autonomia das Defensorias Públicas.

Em artigo publicado na imprensa, por exemplo, o Deputado João Antônio, do PT-SP, argumentou que o PLC 65/2011 pretendia “transformar uma questão relevante para boa parcela da nossa população em palco de disputa de interesses políticos ora inconfessados que, ao final, prestariam um desserviço à população que realmente precisa dos serviços gratuitos do Estado”. E completou: “Mutillar a Defensoria Pública como órgão de defesa dos mais carentes, como desejam alguns, é impedir que o Estado cumpra a função de promover o desenvolvimento do ser humano em sua plenitude”

Garantida sua autonomia para gerir os convênios de assistência jurídica gratuita, a Defensoria Pública de São Paulo partiu em busca de seu fortalecimento também através da criação de novos cargos de defensor para o estado, que até o final de 2012 contava com 500 representantes distribuídos em 29 cidades

Em junho de 2012, o governador Geraldo Alckmin enviou à Assembleia Legislativa projeto de lei para criação de 400 novos cargos de defensor público a serem provisionados até 2015. Até então, a DPSP só tinha conseguido fôlego extra para o ingresso de novos defensores em 2009, quando foram provisionados 100 novos cargos.

E a expectativa em torno da aprovação do Projeto mobilizou os aprovados do V Concurso da carreira. Empenhados, os futuros defensores públicos foram até a sede da Assembleia Legislativa em São Paulo no dia 13 de novembro de 2012 munidos de lenços verdes, que simbolizavam a Defensoria Pública,

pedir apoio dos parlamentares para que a votação entrasse na pauta da Casa naquela mesma data.

Ao longo do dia, vários parlamentares, entre eles Fernando Capez (PSDB), Leci Brandão (PC do B), Carlos Bezerra (PSDB – veja artigo na página 7 desta publicação), entre outros, receberam em seus gabinetes os futuros defensores, que, liderados pela APADEP, permaneceram na sede da Alesp até o fim da votação. Ao final do dia - e por unanimidade - os 400 cargos foram criados.

“O dia da aprovação foi de intenso trabalho nos corredores da Alesp e trouxe um aprendizado de que a mobilização social traz conquistas. Pudemos nos sentir, minimamente, parte da história da instituição”, relata Rafael Negreiros, aprovado no V Concurso para provimento de cargos da DPSP.

Já no dia 23 de novembro, os primeiros 10 aprovados no V Concurso tomaram a posse oficial, que foi corroborada de maneira simbólica e inovadora através da posse popular, ocorrida no dia 30 do mesmo mês. *(veja matéria na página 12 desta edição).*

E em 14 de dezembro, o ano da Defensoria foi finalizado positivamente com a sanção do Projeto de Lei 27/2012 pelo Governador Geraldo Alckmin, em cerimônia realizada na sede da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e que contou com a presença da Defensora Pública-Geral, Daniela Sollberger, e da Secretária de Estado de Justiça, Eloísa Arruda. Ao final da cerimônia, presenciada por integrantes da carreira e futuros defensores, Alckmin discursou sobre a importância da instituição, ressaltando que o maior beneficiário da Defensoria Pública é o povo de São Paulo e a promoção da justiça está na razão de ser do Estado.

O papel da Defensoria Pública e a aprovação do PLC 27/2012

▲ **Carlos Bezerra Jr.** é médico ginecologista e obstetra e deputado estadual por SP, líder da bancada do PSDB na Assembleia Legislativa, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e membro da Comissão de Saúde da Alesp. Graduado pela Escola de Governo da USP e pelo The Leadership Institute (EUA), foi vereador de São Paulo por 10 anos.

No dia 14 de novembro de 2012, às vésperas de mais um aniversário da República, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 27/2012, que cria 400 novos cargos de defensor público nos próximos quatro anos. Alguns, talvez, não percebiam o alcance dessa medida. No entanto, a verdade é que, com ela, o Parlamento Paulista deu um enorme passo para garantir acesso igualitário à Justiça, que, aliás, não é apenas uma aspiração de todo o povo brasileiro, mas também uma das mais importantes promessas contidas no Texto Magno de 1988, a “Constituição Cidadã”.

A vulnerabilidade social a que boa parte de nossa população está submetida hoje é um desafio ao Poder Público. Por trás das estatísticas que tantas vezes nos assustam, estão pessoas excluídas de seus direitos humanos básicos. São gestantes pobres, idosos desamparados, crianças vítimas de violência sexual, imigrantes explorados como escravos, pessoas com deficiência. São eles os que sofrem com a falta de acesso aos serviços públicos ou com a falta de liberdades indispensáveis, como é o caso da prestação jurisdicional.

E disso não resulta só a exclusão social, mas diversos outros problemas, a começar pelo clientelismo: como a prestação do serviço público é negada a boa parte dos brasileiros, vende-se como favor a alguns aquilo que deveria ser direito de todos. Mas não é só. No caso específico da Justiça, outro resultado é uma gigantesca “demanda reprimida pela prestação jurisdicional”, que, muitas vezes, se manifesta sob a forma de violência. Não é de se estranhar, portanto, que a maioria dos homicídios cometidos em nosso país tenha origem em

conflitos banais: de um simples desentendimento entre vizinhos pode decorrer a perda de uma vida!

Felizmente, a Constituinte de 1988 fez uma escolha acertada pela universalização dos serviços essenciais. E um dos avanços mais importantes dessa escolha é a organização das Defensorias Públicas, às quais compete universalizar a assistência jurídica e, desse modo, assegurar a todo brasileiro as condições técnico-jurídicas necessárias à efetiva defesa de seus direitos.

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo é criação relativamente recente. Organizada pela Lei Complementar n. 988/2006, seu quadro dispõe atualmente de 500 Defensores, espalhados por todo o território paulista. Para se ter uma ideia do quanto é tímido este número, basta lembrar que o Estado dispõe hoje de aproximadamente 1800 Promotores Públicos e 2200 juízes de direito. Na verdade, como existem 645 municípios em nosso Estado, não há nem mesmo um Defensor por município.

No entanto, uma instituição do porte da Defensoria não se constrói apenas num dia. Cada

passo tem o seu valor e a aprovação do PLC 27/2012 é, certamente, uma conquista, não só pelo número de cargos a serem criados, como também pelo poder de mobilização demonstrado pelos Defensores e seu órgão de luta, a APADEP.

De minha parte, como deputado e Líder do PSDB no Parlamento paulista, só posso parabenizar os Defensores e o governador Geraldo Alckmin pela demonstração de sensibilidade aos anseios de quem mais precisa, e renovar meu compromisso, não só em prol dos Defensores, mas de todas as aspirações e princípios que a Defensoria Pública representa.

“Uma instituição do porte da Defensoria não se constrói apenas num dia. Cada passo tem o seu valor e a aprovação do PLC 27/2012 é, certamente, uma conquista, não só pelo número de cargos a serem criados, como também pelo poder de mobilização demonstrado pelos Defensores e seu órgão de luta, a APADEP”



divulgação

“A Constituinte de 1988 fez uma escolha acertada pela universalização dos serviços essenciais. E um dos avanços mais importantes dessa escolha é a organização das Defensorias Públicas.”

Por uma Defensoria Pública mais forte

▲ **José Pimentel é senador da República (PT-CE) e líder do governo no Congresso Nacional. Está no seu quarto mandato e é uma das principais lideranças na luta pelo fortalecimento das Defensorias públicas, tendo participado da elaboração e da aprovação dos textos finais**

das emendas constitucionais 41 e 45, além da lei complementar 132. É autor da proposta que confere às Defensorias a responsabilidade sobre as despesas com pessoal, estabelecendo um limite legal na Lei de Responsabilidade Fiscal. Abaixo, ele fala sobre o PL 114/2011.

Entre essas demandas, uma diz respeito à nova partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Nós chegamos em dezembro de 2012 e não conseguimos aprovar o novo normativo dessa questão e o STF concedeu até 180 dias para que nós possamos votá-la, até junho de 2013.

Um segundo tema diz respeito à chamada guerra fiscal entre os estados, que é o diferencial de alíquota do ICMS praticado entre as diferentes regiões. Foi um grande debate que nos absorveu em 2011 e 2012 e chegamos à conclusão de que para por fim à guerra fiscal é preciso unificar as alíquotas em 4%. Já agora em 2013, o poder Executivo encaminhou a medida provisória 599 tratando dessa matéria e nós temos até 120 dias para resolvê-la.

Outro item: a partilha dos royalties do petróleo, em que os estados produtores e não produtores tem posições diferentes. Possivelmente esse veto será analisado junto com o veto do PL 114.

3) O senhor acredita que a Defensoria Pública vai atingir os níveis de autonomia conquistados pela magistratura e Ministério Público?

As duas emendas constitucionais que citei são a prova direta de que estamos andando muito. É muita coisa em apenas 10 anos: duas emendas constitucionais, aprovação de uma Lei Complementar e, agora, o PL 114/2011, que completa um ciclo que dará plena competência institucional e material para que a Defensoria Pública possa exercer as suas funções.

Divulgação



Senador José Pimentel (PT-CE)

1) Como surgiu a iniciativa de propositura do PL 114/2011?

Esse PL faz parte de um conjunto de medidas que o Congresso Nacional está aprovando para fortalecer e assegurar à Defensoria Pública o seu pleno desempenho. A saber:

- Em 1988, a Constituição introduziu o princípio da Defensoria Pública e em 2003 o Congresso Nacional aprovou a emenda Constitucional 41, vinculando o teto da Defensoria Pública aos demais operadores do direito, Ministério Público e Poder Judiciário.

- Em 2005, nós aprovamos a Emenda Constitucional 45, assegurando à Defensoria Pública a autonomia administrativa, financeira e orçamentária da instituição.

- Em 2006, nós aprovamos a Lei Complementar número 132, que am-

pliou as prerrogativas da Defensoria Pública, assegurando a ela o pleno exercício para fazer a defesa dos interesses individuais e coletivos dos mais pobres do Brasil

- E em 2011, apresentamos o Projeto de Lei Complementar 114, para que a autonomia financeira e administrativa das Defensorias públicas estaduais se tornasse realidade.

2) A que o senhor atribui o veto ao PL 114/2011?

Esse projeto de lei foi aprovado por ampla maioria no Congresso Nacional e foi vetado pela Presidenta Dilma Rousseff a partir de uma demanda dos governadores dos estados, que argumentaram que em 2012 eles tinham um conjunto de questões que deveriam ter sido aprovadas e acabaram ficando para 2013.



Defensores durante concurso de remoção que preencheu novos cargos. Crédito: Ascom APADEP

Expansão da DPSP

Primeira etapa da distribuição de cargos é definida e mobiliza defensores e sociedade civil

Após a celebrada vitória da Defensoria Pública paulista com a criação de mais 400 cargos de defensor, definir o destino das novas vagas colocou-se como o novo desafio da instituição. A primeira etapa do processo abarcará 110 novos cargos a serem providos já em março de 2013, e cuja classificação foi decidida pelo Conselho Superior da Defensoria Pública em janeiro. A ampliação englobará o acréscimo de defensores em cerca de 20 localidades no estado e a criação de novas unidades em cidades do interior e do litoral onde a Defensoria Pública ainda está ausente. São estas: Bar-

retos, Caraguatatuba, Ferraz de Vasconcelos, Franco da Rocha, Guarujá, Itapetininga, Jacareí, Limeira, Mauá, Praia Grande, Rio Claro e Tupã, sendo que em algumas regionais a atuação irá contemplar comarcas próximas.

Contarão com reforço especial as áreas de execução criminal e acompanhamento de medidas de internação de adolescentes, de modo que a Defensoria Pública garantirá presença em todas as Varas de Execução Criminal (VECs) do estado de São Paulo. “Pela primeira vez no estado poderemos di-

Além das 25 onde já está presente, a Defensoria Pública passará a atuar em mais 36 VECs, completando a totalidade das Varas do estado.

A região do Vale do Ribeira é a que mais concentra comunidades quilombolas no estado e é palco da luta dos grupos tradicionais pelo direito de seu território, respeito de suas práticas tradicionais e seu saber centenário da utilização do solo.

zer que haverá um defensor público de referência para cada réu preso ou adolescente internado. Considerando que a privação da liberdade é uma das formas de intervenção mais radical do Estado em relação ao indivíduo, esse passo é urgente e estratégico”, explica o 1º Subdefensor Público-Geral, Davi Depiné.

Segundo Depiné, os principais desafios na formulação do projeto foram a multiplicidade de justas demandas por reforços e a necessidade de fatiar o planejamento da expansão. Entre os diversos objetivos, cita, está “a expansão e capilarização dos serviços, o reforço de unidades atuais e a atuação institucional estratégica”. Neste primeiro momento, priorizou-se o já citado reforço nas VECs e a reposição de cargos abertos em razão de afastamentos para Núcleos Especializados e Administração.

“A distribuição da primeira leva dos novos cargos de defensor público deu-se de maneira democrática, uma vez que levou em conta diversas perspectivas e ouviu as sugestões da carreira e de seus representantes eleitos no Conselho”, avalia o presidente da APADEP, Rafael Português. A proposta contemplou, entre outros fatores, as sugestões apresentadas pela Associação, como um modelo de regramento específico do regime de itinerância para cobrir afastamentos, incluindo a diminuição das macrorregiões; o compromisso de garantir infraestrutura e condições adequadas nas novas unidades criadas; e a destinação de ao menos dois defensores públicos para estas novas localidades.

Suprir a elevada demanda de um estado cuja população ultrapassa os 40 milhões de habitantes, entretanto, não é tarefa simples. Alguns defensores e representantes da sociedade civil organizada, por exemplo, esboçaram críticas à primeira etapa da distribuição.

Maria Sueli Berlanga, fundadora Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE),

reivindica maior atenção nas questões de tutela coletiva. “No caso do Vale do Ribeira, as demandas não são apenas casos individuais. Sentimos a necessidade de que houvesse um defensor liberado para as demandas coletivas, fomos às reuniões do Conselho da Defensoria e fizemos esta reivindicação. Mas sentimos muita resistência por parte do órgão”. Segundo Maria Sueli, a despeito da riqueza ambiental e mineral da região, a população é mantida em situação de pobreza e é excluída de seus direitos fundamentais, como estradas transitáveis, acesso ao atendimento à saúde, à educação, falta de acesso à justiça, etc. “Quando soubemos que haveria mais 400 defensores públicos, ficamos cheios de esperança. Pensávamos que o Vale do Ribeira seria contemplado. Mas vamos continuar insistindo. Quem sabe, na distribuição dos outros 300 cargos?”, finaliza otimista.

Outra questão premente é reparar o modelo do segundo atendimento nos plantões cíveis, atualmente ainda funcionando de forma híbrida. Nessa primeira etapa, já foi possível notar uma sensível alteração no segundo atendimento na capital, embora algumas Unidades tenham reclamado da insuficiência do reforço para suprir a nova atribuição. Segundo o vice-presidente da APADEP, Bruno Napolitano, “o redirecionamento deste segundo atendimento para algumas unidades apresenta-se como uma grande oportunidade de conferir hipertrofia a elas. É preciso, entretanto, monitorar a partir de agora os dados de cada unidade, para que se tenha certeza se o incremento do número de defensores públicos apresenta-se equilibrado com a demanda de cada região”.

Além disso, deve-se garantir às novas unidades criadas uma condição adequada de funcionamento, com boa infraestrutura, corpo mínimo de estagiários e conforto para os defensores e usuários. Na ampliação de 2009, por exemplo, algumas unidades entraram em funcionamento sem a estrutura apropriada enquanto outras demoraram meses para sair do papel. Para a nova



Ato público das comunidades quilombolas do Vale da Ribeira, em 2011.

a nova expansão, a Administração Superior afirma que já fez contato com o TJ-SP e seus juízes diretores a respeito das comarcas nas quais ainda não há uma unidade da Defensoria, a fim de se garantir um espaço adequado nos fóruns. Paralelamente, foram instaurados procedimentos para a prospecção de imóveis nesses locais e já está em andamento uma proposta de expansão do número de estagiários. “A APADEP estará atenta e cobrando da Defensoria Pública-Geral a adequada estruturação destes locais de trabalho”, revela Bruno Napolitano.

Próximos cargos

Os 290 cargos restantes, previstos para ser providos gradualmente nos próximos 3 anos, devem ter seu destino definido ainda em 2013, em um único projeto. “Apenas o provimento de 400 cargos é insuficiente para que

os serviços prestados diretamente pela instituição se capilarizem por todo o estado”, pondera Davi Depiné. “No entanto, se dermos os passos certos com relação a esses cargos, estaremos plantando as bases de uma Defensoria que, de forma irreversível, será tida como prestadora de um serviço público de excelência em todos os rincões do estado”.

Somados aos atuais 500 defensores, a Defensoria Pública de São Paulo contará com 900 profissionais em 2016. Será um aumento significativo, mas ainda incompatível com a demanda e a importância da instituição. O Ministério Público e o Judiciário, por exemplo, contam, respectivamente, com cerca de 1800 promotores e 2200 juízes no estado. Cabe agora planejar com zelo a próxima etapa da expansão e lutar por outras formas de fortalecer a instituição, como a ampliação e valorização do quadro de servidores.

Defensores de São Paulo encabeçam movimento Defensoria Sim, Veto Não em Brasília.



Um grupo de 50 defensores públicos de São Paulo, liderados pela Associação Paulista de Defensores Públicos (APADEP), encabeçou a caravana de mais de 500 defensores de todo o

país que estiveram presentes no Congresso Nacional em 06/02, pedindo aos parlamentares a derrubada do veto ao PL 114/2011, que regulamentaria a autonomia financeira da instituição de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

No Congresso Nacional, os defensores participaram do “Seminário Nacional Defensoria Pública na Lei de Responsabilidade Fiscal”, organizado pela Associação Nacional de Defensores Públicos (ANADEP). Na primeira parte do evento, foram debatidas questões como “A importância do PLP 114” e “A necessidade de universalização da Defensoria Pública”.

No meio do segundo painel, a programação do Seminário foi suspensa para que os defensores públicos se deslocassem com faixas e adesivos do movimento até a presidência da Câmara, onde foram recebidos pelo deputado Henrique Alves, recém empossado, que garantiu ser favorável ao movimento e prometeu conversar com a presidente Dilma Rousseff sobre o assunto. No encontro, os defensores públicos entregaram ao presidente da Câmara uma cópia do abaixo-assinado com mais de 25 mil assinaturas coletadas no último mês, em todo o Brasil.

Na sequência, o novo Presidente do Senado, Renan Calheiros, também recebeu das mãos dos defensores públicos o abaixo-assinado e prometeu colocar a apreciação do veto na pauta da Casa, pois “derrubar um veto faz parte da democracia do processo legislativo”.



Roque Sá / Anadep

Henrique Alves recebe abaixo-assinado das mãos de defensores públicos

Posse popular acontece em parceria com movimentos sociais

Em 30/11/ 2012 aconteceu a posse popular de 10 defensores públicos aprovados no último concurso da carreira. O evento – uma iniciativa da Associação Paulista de Defensores Públicos (APADEP) em conjunto com a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e Escola da Defensoria Pública do Estado (EDEPE) - começou com uma caminhada no centro da cidade. No bairro da Luz, o grupo se reuniu na sede da "Cia. Pessoal do Faroeste", grupo de teatro que encena peças com temática relacionada aos direitos humanos e movimentos sociais. Ali aconteceram vários discursos sobre a importância e simbologia da posse popular. Após um almoço realizado no próprio teatro-sede da Cia. Faroeste, todos se dirigiram à ocupação Mauá, antigo prédio abandonado da região da Luz, que abriga 237 famílias desde 2007. No pátio da ocupação, a plateia ouviu relatos de moradores do local que contaram as dificuldades

pelos quais passaram até conseguirem um teto para abrigar suas famílias. São histórias de pessoas que chegaram a morar nas ruas, em abrigos e que muitas vezes tiveram que optar por pagar aluguel ou comprar comida para os filhos. Ao final, o líder do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Benedito Roberto Barbosa – o Dito – agradeceu à Defensoria Pública por fortalecer a luta dos movimentos populares e convidou os novos defensores a receberem o certificado de posse popular das mãos dos moradores da ocupação Mauá.



ascom Apadep

Veteranos e novos defensores na posse popular

▲ No site www.apadep.org.br

Veja fotos da Festa de Confraternização da Apadep, realizada em 24 de novembro de 2012 na Casa das Caldeiras.



ascom Apadep



Caravana da defensores da Apadep em frente ao Congresso Nacional